

- LX -**AS REFORMAS EDUCATIVAS NO BRASIL DOS ANOS 1990:
REPERCUSSÃO HISTÓRICA PARA O MODELO DE GESTÃO ESCOLAR
DEMOCRÁTICA****Maria Eliana Alves Lima**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias / Portugal
melianaalves@gmail.com**António Neves Duarte Teodoro**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias / Portugal
teodoro.antonio@gmail.com**Introdução**

A escola pública no Brasil partir dos anos de 1990 sofreu profundas influências nos padrões de organização e gestão, ocasionadas por intervenções estatais resultantes dos desdobramentos assumidos pelas relações capitalistas, consubstanciadas pelo neoliberalismo. A emergência de novos modelos de gestão escolar demandou das políticas públicas novas relações entre o Estado e as políticas educacionais, revelando prioridades e compromissos na elaboração e implementação de programas e projetos educativos.

A descentralização como princípio da reforma educacional encontra-se legitimada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN n.º 9394/96 que orienta para o redimensionamento do sistema de ensino, através de novos referenciais de gerenciamento, com o objetivo de aumentar a produtividade e democratizar a educação formal. A orientação básica para a gestão educacional, a partir da LDB de 1996, é a ampliação da autonomia da escola nas dimensões pedagógica, administrativa e financeira, fortalecendo sua gestão.

Estado e educação básica: políticas públicas e participação

As políticas educacionais contemporâneas estão associadas aos novos desenhos do Estado, os papéis e modalidades associam-se com a ascensão mercantil e suas construções ideológicas/mercadológicas que perpassam diferentes contextos sociais e tem ênfase no espaço escolar por sua função universal de formação de novas gerações.

Paralelo às dificuldades de atender à nova demanda da educação contemporânea, a sociedade passa a exigir da escola o desenvolvimento de propostas de formação dos sujeitos para a cidadania, numa perspectiva de educação integral que articula a formação humana, política e profissional conforme o perfil social globalizado e tecnológico (Libâneo, 2012).

Então, competências e habilidades que entraram nos pacotes de políticas educacionais são interesses de organismos vinculados aos grandes agentes do capitalismo, cujo princípio está voltado quase exclusivamente para a otimização dos sistemas escolares no intuito de atender às demandas do mercado globalizado, formando trabalhadores e preparando consumidores.

Nas últimas três décadas o significado de educação escolar tem rompido com os contextos tradicionais, desafiando o processo educativo a buscar novos padrões de qualidade, assim:

As reformas educacionais mundiais expressam essa tendência e identificam as escolas como espaço de mudança, tendo como referência conceitos de autonomia, gestão descentralizada e avaliação. (Libâneo, *et al*, 2005, p. 33)

Essas mesmas mudanças causaram grande impacto à organização da gestão da escola, cujos mecanismos de implementação de gestão democrática e descentralizada precisavam acompanhar o cenário político nacional e global, assumindo a participação de agentes escolares como meios de gestão, como foco na autonomia e descentralização das decisões.

Nessa nova lógica, o centralismo característico dos modelos de gestão por décadas, especialmente dos períodos e regimes ditatoriais, são então a partir de 1990, substituídos por modelos de maior participação dos distintos setores, com vistas na viabilização do regime democrático.

Todas essas iniciativas apresentam a implantação de estratégias para desenvolvimento de propostas de caráter democratizante, no entanto, todas as reformas foram implementadas tomando como referência as bases delineadas pelo Estado por meio de instrumentos e mecanismos de regulação e controle, cujos agentes espelham as políticas institucionais que mecanizam os modelos educativos em âmbito mundial, visando ao sucesso do sistema capitalista globalizado.

Reformas políticas, gestão escolar e a participação da comunidade

A questão de reestruturação do Estado é analisada principalmente a partir dos anos 1980 como catalizador das reformas da educação para a qual o princípio de descentralização buscou promover um modelo de gestão compartilhada com a comunidade escolar, via autonomia pedagógica, administrativa e financeira.

Enfatiza-se que esse modelo tanto podem obedecer a um ponto de vista mais técnico, como foco na desburocratização, combate à ineficiência dos modelos vigentes, enfim, com foco na modernização dos sistemas e unidades de ensino, assim como podem justificar-se por imperativos de

natureza política, em conveniência aos projetos neoliberais, os quais, em tese, têm como finalidade libertar a sociedade da burocracia do estado, estreitar a relação entre a comunidade e as instituições, promovendo sua participação e centrar as propostas de ensino às características locais e específicas à formação desejada (Barroso, 2005).

Com o discurso de modernização da educação pública, notadamente de gestão educacional, que no âmbito das políticas locais ou ainda no planejamento escolar, consideradas burocráticas e ineficientes, o modelo adotado na década de 1990 no cenário brasileiro está respaldado nas configurações de gestão educacional desenhadas pelos organismos institucionais, entre eles a Comissão Econômica para a América Latina, CEPAL, que têm como princípios a redução da intervenção direta do estado nas instituições e organizações sociais.

O modelo de gestão escolar também amplia a estratégia de atuação interna, alcançando pelo viés condicionante da autonomia administrativa, pedagógica e financeira. Dessa forma, a implementação de uma nova forma de fazer a gestão escolar busca, pela descentralização e pela autonomia, construir um novo padrão de gestão que contemple a participação e por meio dela a consolidação da democracia.

Democratizar a educação, no entanto, pressupõe que membros da comunidade escolar participem das decisões tomadas em relação ao processo administrativo, pedagógico e financeiro, de forma autônoma, ou seja, sem que lhe seja imposta a presença por mero critério burocrático, de forma tutelada, mas sim constituída de real participação. Sobre a forma de participação da comunidade escolar na gestão da escola, entretanto, Borges (2004) adverte que no contexto histórico que se apresenta tais mudanças, essa participação não é efetivada. Entre os fatores, estão à falta de incentivo da instituição, ausência de condições físicas para receber a comunidade, postura rigorosa e tradicional ainda estabelecida, dificuldade de institucionalizar costumes representativas na escola, entre outros:

Os estudos mostram que as políticas de descentralização e reforma de governança escolar são com frequência ineficazes na promoção do empoderamento dos grupos menos favorecidos e excluídos do processo decisório no interior das escolas, não obstante as expectativas criadas em torno dessas políticas. (Borges, 2004, p. 74)

A atuação autônoma na condução do processo educativo na escola ampliaria a participação e criaria estratégias de superação dos modelos de gestão até então existentes, marcados pelo autoritarismo, permitindo à comunidade escolar aproxime-se mais dos processos desenvolvidos na escola.

Mesmo considerando essa possibilidade, existe grande dificuldade de operacionalizar essa estratégia nas escolas, considerando a cultura dominante persistente em que o diretor escolar é centralizador e burocrata. Esse fato, aliado à política educacional que adota o modelo pautado no

gerencialismo, impõe na prática novos modos de controle e racionalização da gestão da escola, cujos desafios seriam melhorar a eficiência e eficácia dos resultados, sem, contudo, dar condições estruturais e materiais para tanto.

Considerações finais

A reflexão, análise e avaliação das políticas educacionais dentro das dimensões da gestão educacional e escolar, permitem uma visão crítica dos resultados por ela apresentados e as mudanças causadas, ou não, na sociedade.

Ao analisar as teorias imbricadas às políticas educacionais, deve-se buscar o papel do Estado, todavia, a análise deste também não deve se limitar ao controle, mas sim a relação entre os modos de regulação geral ou regional, no macro e no microambientes e as influências que giram em torno delas e, essencialmente, nas perspectivas de mudanças educacionais que podem surgir dessa relação, por meio dos processos de reconstrução e recontextualização do conhecimento.

Referências

- Barroso, J. (2005) *O estado, a educação e a regulação das políticas públicas. Educação e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, out.
- Borges, A. (2004). *Lições de reformas da gestão educacional: Brasil, EUA e Grã-Bretanha*. São Paulo Perspec. vol.18 no.3 São Paulo July/Sept.
- Libâneo, J. C. (2012) *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 10 ed. São Paulo: Cortez.
- Libâneo, J. C., Oliveira, João Ferreira de; Toshi, Mirza Seabra. (2005) *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização* – 2 ed. – São Paulo: Cortez.